



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/8gjBC9zP3Xt3rNJbdzpPPhb>

DOI: 10.1590/1678-460X202156104

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2021 by DELTA: documentação de estudos em linguística teórica e aplicada. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Artigos

Fake news em jogo: uma discussão epistemológica sobre o processo de produção e disseminação de (in) verdades em redes sociais

Fake news at stake: an epistemological discussion on the process of production and dissemination of (un)truths on social networks

Petrisson Pinheiro¹

RESUMO

O uso de redes sociais da internet aumentou exponencialmente desde o início da pandemia de Covid-19. Tal aumento fez com que elas se tornassem ainda mais propícias para a divulgação massiva de fake news, transformando-se um problema de natureza social e de saúde pública. Com o intuito de compreender o modus operandi das fake news nas redes sociais, este artigo tem como objetivo promover uma discussão epistemológica que busque compreender o processo de produção e disseminação de (in)verdades nesses ambientes. Para tanto, parte-se dos conceitos de ‘verdade’ e de ‘regimes de verdade’ (Foucault, 1979), alinhando-os às noções psicossociais e culturais de percepção e imaginação (Sartre, 1996; Kalantzis et al., 2020). Em seguida, procura-se revisitar e ampliar a discussão sobre o conceito de “multissinóptico” (Pinheiro, 2014), na tentativa de compreender a complexidade tecnológica e social das redes sociais na produção e disseminação de fake news, que

1. Instituto de Estudos da Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo – Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4066-9636>. E-mail: petrilso@unicamp.br



This content is licensed under a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use and distribution, provided the original author and source are credited.

redimensiona sistemas de broadcasting, narrowcasting e individual casting. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre a possibilidade de uma educação crítica para lidar com informações que circulam nas redes sociais.

Palavras-chave: *Fake news; redes sociais; (regimes de) verdade; multissinóptico; educação crítica.*

ABSTRACT

The use of social networks of the internet has increased exponentially since the beginning of the Covid-19 pandemic. This growth has made them even more conducive to the massive release of fake news, becoming even a social and public health problem. In order to understand the modus operandi of fake news on social networks, this article aims to promote an epistemological discussion that seeks to understand the process of production and dissemination of (un)truths in these environments. To do so, one starts from the concepts of 'truth' and 'regimes of truth' (Foucault, 1979), by aligning them with the psychosocial and cultural notions of perception and imagination (Sartre, 1996; Kalantzis et al., 2020). Then, one seeks to revisit and expand the discussion on the concept of 'multi-synopticon' (Pinheiro, 2014), in an attempt to understand the technological and social complexity of social networks on the production and dissemination of fake news, which resizes broadcasting, narrowcasting and individual casting systems. Finally, one presents some considerations on the possibility of a critical education to deal with information circulating on social networks.

Keywords: *Fake news; social networks; (regimes of) truth; multi-synopticon; critical education.*

1. Introdução

O uso de redes sociais da internet aumentou muito a partir de março de 2020, o início da pandemia de Covid-19, devido ao distanciamento social e ao confinamento das pessoas em suas próprias casas². Esse

2. Segundo o Relatório de Acompanhamento do Setor de Telecomunicações – Telefonia Móvel, referente a 2020, divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no final de 2020, o Brasil contava com 234,07 milhões de acessos móveis à internet. Na comparação com o 2019, houve aumento de 7,39 milhões de acessos, o equivalente

cenário se tornou ainda mais propício para algo com que já vínhamos lidando de forma intensa, mas que, no contexto atual de pandemia, passou a assumir uma forma nunca antes imaginada, chegando a se constituir em um problema de natureza social e de saúde pública: as *fake news* (doravante, FN).

Com efeito, no que concerne à questão de saúde pública, a produção e a disseminação em massa de FN ‘pandêmicas’ têm trazido discursos com informações falsas sobre práticas e produtos que combateriam o coronavírus, como a inalação de óleo de gergelim ou ingestão de chá quente; passam por aquelas de caráter supostamente científico, mas que não são menos falsas, como a de que as máscaras faciais seriam muito perigosas, porque o seu uso prolongado poderia causar hipóxia, isto é, redução de oxigênio no sangue arterial³; e chegam àquelas movidas por interesses financeiros e político-ideológicos, também supostamente balizadas pela ciência, mas que não são validadas pela comunidade científica internacional, como o uso de hidroxiclороquina ou ivermectina, muito embora tenham sido – e ainda sejam – bastante utilizadas no tratamento da Covid-19 em países como Brasil e EUA.

É preciso, outrossim, compreender que, mais do que ações individuais ou de certos grupos sociais e ideológicos, operadas com recursos de inteligência artificial (doravante, AI), muitas das FN que têm sido amplamente propagadas em redes sociais estão relacionadas à defesa de discursos anti/pseudocientíficos, que, por sua vez, provêm de um movimento sociocultural e ideológico mais amplo que tem ganhado cada vez mais notoriedade nas redes sociais: o ‘negacionismo científico’. Esse movimento vai desde a negação da eficácia das vacinas para a Covid-19, passando pela negação da destruição da floresta amazônica, até a mais absurda negação de que o planeta Terra seria redondo. Trata-se, portanto, de um movimento negacionista que não apenas procura se desvencilhar de qualquer indício ou elo com a ciência, divulgando massivamente informações sem quaisquer evidências cientificamente

a 3,26%. Disponível em: https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO4NT86aq4DZSJMW9gBoilhtRgvXnEhjT6dqYhPLelC2xMriZOLrD6LEYnflpsEzLLJAq9-LHeL_G9fbuXR57UR. Acesso em 12/03/2021.

3. A esse respeito, ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cacadores-de-mentiras/>. Acesso em 25/03/2021.

comprovadas, mas também produz notícias não verdadeiras com uma roupagem supostamente científica.

Contudo, é preciso compreender o processo de conhecimento que subjaz às FN, sobretudo no contexto das redes sociais da internet. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo promover uma discussão epistemológica sobre as FN, procurando compreender seu processo de produção e disseminação nas redes sociais da internet. Para tanto, parte-se, primeiramente dos conceitos de ‘verdade’ e de ‘regimes de verdade’, alinhando-os às noções de percepção e imaginação; em seguida, busca-se revisitar e ampliar a discussão sobre o conceito de ‘multissinóptico’, na tentativa de compreender a complexidade tecnológica e social das redes sociais na produção e disseminação de ‘verdades’ e de FN. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre a possibilidade de uma educação crítica para lidar com informações que circulam nas redes sociais.

2. Percepção e imaginação na construção de ‘verdades’ e de ‘regimes de verdade’

Na vida cotidiana, quando falamos sobre a “verdade”, não nos atemos propriamente aos seus conceitos, mas a fatos, ações, textos e práticas nos quais a verdade de alguma forma se materializa. Essa percepção sobre a ideia de ‘verdade’ está presente na primeira definição da palavra, que aparece no dicionário Houaiss (2001, s/p): “Propriedade de estar conforme os fatos ou a realidade (Ex.: 1) *A verdade de uma afirmação* 2) *A verdade histórica*)”. Com efeito, tal definição não se baseia propriamente em uma concepção de ‘verdade’, mas na caracterização de uma dada realidade, configurando-se, assim, como um adjetivo (ex.: *Essa notícia é verdadeira ou falsa?*) e não propriamente como um substantivo.

Essa noção de ‘verdade’ como propriedade ou caracterização de uma dada realidade, no máximo, colabora parcialmente com a sua própria compreensão, uma vez que envolve não apenas elementos cujos significados seriam, em princípio, restritos, como ‘fato’ ou ‘acontecimento’, mas também elementos cujos significados seriam, por outro

lado, mais amplos, como ‘percepção’, ‘opinião’ ou ‘interpretação’. Disso resulta que o conceito de ‘verdade’ se torna fugidio, como já apontava Paul Veyne: “os homens não encontram a verdade. Fazem-na, como fazem sua história” (Veyne, 1984, p. 10). Na tentativa, então, de explorar e formular uma melhor compreensão acerca da noção de verdade, procuro situá-la em relação às noções psicossociais e culturais de percepção e imaginação, para entender a construção de significados (verdadeiros ou não).

Por meio da percepção, construímos significados através de uma relação direta e imediata no e com o mundo, fazendo uso dos sentidos do nosso corpo. Quando percebemos algo através dos sentidos, somos sempre seletivos, por isso, somos levados a nos concentrar naquilo que importa para nossos interesses em cada momento de nossas vidas. Isso quer dizer que, para que possamos, por exemplo, enxergar algo de forma significativa, precisamos selecionar o que consideramos necessário ver, ou o que queremos ver, posicionando-nos em relação àquilo que vemos. Assim, a apreensão da realidade é, antes de tudo, um ato de fazer escolhas, que direciona a atenção para o objeto de interesse do que desejamos ver – do que consideramos significativo –, enquanto aquilo que poderia ter sido visto se torna irrelevante porque (ainda) permanece despercebido (Kalantzis *et al.*, 2020).

Por ser, então, um processo cognitivo de conhecimento intencional, a percepção se constitui em uma prática agentiva, guiada por nossos interesses particulares. Isso, contudo, não quer dizer que vemos apenas aquilo que queremos ver, como se nossas escolhas fossem única e exclusivamente direcionadas por nossa vontade individual. Nesse sentido, “a percepção é também um processo sociocultural complexo, do qual só tomamos conhecimento quando aprendemos sobre os espaços socioculturais nos quais estamos inseridos, que, de alguma forma, nos ensina o que ‘ver’” (Kalantzis *et al.*, 2020, p. 252). Assim, a percepção é particularmente seletiva, porém, tal seletividade não é fruto apenas de escolhas individuais e arbitrárias – como se o mundo simplesmente se apresentasse para nós e escolhêssemos ver apenas o que queremos ver –, mas também daquilo que tornamos significativo para nós mesmos a partir da(s) cultura(s) e que vivenciamos em um contexto sócio-histórico específico.

Diferentemente da percepção, a imaginação é uma faculdade que lida não com aquilo que presenciamos no momento real ou no momento em que algo acontece, mas sim com as “imagens”⁴. Faz-se aqui alusão à concepção de Aristóteles, em sua obra *De Anima*, que já compreendia a imaginação como a capacidade de produzir imagens no momento em que a percepção sensível não está presente. Por se constituir em imagens, a imaginação nos proporciona um análogo das coisas em si, seja porque nos faz pensar sobre elas, seja porque nos faz imaginar através delas outras coisas (Aristóteles, 2006). Nesse sentido, quando nos recordamos de alguém, de alguma coisa ou de algum fato, estamos recorrendo a experiências perceptuais já passadas, cujos processos cognitivos são diferentes daqueles voltados para a percepção. Assim, a imaginação opera com o passado, porque, mesmo quando está ligada a algo puramente fantasioso, ela nunca é fruto exclusivo de nossa mente, visto que sempre apresenta algum tipo de conexão com o mundo experiencial (experiência individual e sociocultural) em uma dada realidade (Kalantzis *et al.*, 2020).

Contudo, por um lado, ainda que sejamos capazes de recuperar, com detalhes, informações sobre algo vivido ou presenciado, essa experiência armazenada na memória nunca corresponde exatamente àquilo que realmente vivenciamos. Isso porque o tempo e o espaço na imaginação não são os mesmos da experiência real, assim, somos capazes de recordar tão somente uma versão reduzida, abreviada e alterada do passado sobre coisas nas quais, de alguma forma, prestamos atenção, dentro de um universo de coisas que percebemos. Como a percepção lida com algo que se dá no momento presente, podemos sempre expandi-la, isto é, podemos sempre perceber algo a mais que, até então, passara despercebido para nós, pois, no limite, como já apontava Aristóteles, “é possível que produzamos algo diante dos nossos olhos, tal como aqueles que, apoiando-se na memória, produzem imagens” (Aristóteles, 2006, p. 110). Na imaginação, por sua vez, representamos a ‘imagem’ apenas daquilo que, no momento já passado da percepção, estava relacionado ao nosso interesse, intenção e atenção.

4. Imagem, nessa acepção, está relacionada à etimologia da palavra ‘imaginação’ (do latim *imaginatio*-, <imagem>), isto é, àquilo que representamos e/ou criamos em nossa mente.

Por outro lado, a imaginação pode ir muito além da percepção, uma vez que a primeira não é simplesmente um armazenamento ou representação do que experienciamos, mas, sobretudo, um processo muito mais amplo de criação, que envolve uma complexa combinação de ideias e experiências reais e/ou fictícias. Nesse sentido, Sartre assevera que “a imagem é um ato que visa em sua corporeidade um objeto ausente ou inexistente, através de um conteúdo físico ou psíquico que não se dá em si mesmo, mas a título de ‘representante analógico’ do objeto visado” (Sartre, 1996, p. 37). Assim, pode-se dizer que a imaginação é, de um lado, mais limitada, uma vez que se restringe à nossa memória, ao passado, e não ao tempo real da ação; por outro lado, nos permite fazer elucubrações sobre muitas coisas que, no momento da percepção (presente), não podem ser feitas.

Ainda segundo Sartre, diferentemente da percepção, a imagem é uma consciência, pois nos permite conjecturar sobre o que já aconteceu, como também sobre o que pode acontecer (imaginar futuros), possibilitando, assim, uma ação especulativa, um tipo de pensamento reflexivo. Dessa forma, nossa consciência, para o filósofo, é, em parte, capaz de se libertar de uma realidade particular, momentânea e espacialmente confinada (Sartre, 1996), o que constitui a base psicológica e antropológica da liberdade humana, que vai das menores liberdades para desviar a atenção ou para mover-se em um espaço ou empreender uma ação, até as maiores liberdades para vislumbrar mundos diferentes, incluindo as utopias (Kalantzis *et al.*, 2020). Nesse sentido, Chauí aponta que a imaginação utópica “cria uma outra realidade para mostrar erros, desgraças, infâmias, angústias, opressões e violências da realidade presente e para despertar, em nossa imaginação, o desejo de mudança[...]” (Chauí, 2000, p. 172).

Quando pensamos no uso da língua, percebemos que ela pertence ao campo da imaginação, pois, seja no processo de comunicação síncrono por meio da fala ou da escrita, seja na organização assíncrona do nosso pensamento, as palavras se constituem em elementos simbólicos que estão sempre à frente da realidade a qual se refere, formando, assim, um sistema de símbolos abstratos composto de conceitos mentais (Kalantzis *et al.*, 2020). O que falamos ou escrevemos é, portanto, resultado desse sistema complexo de retroalimentação que, por um

lado, nos ‘ensina’ continuamente a perceber a realidade, mas, por outro, cria também novos conceitos mentais que podem nos distanciar dela.

Os significados que construímos têm, assim, uma perspectiva particular, que nos permite, de uma certa forma, construir significados únicos que ora nos aproxima ora nos distancia da realidade (ou da verdade). Todavia, os significados não se constituem exclusivamente de uma vontade individual, pois não vemos, falamos ou escrevemos apenas o que queremos. Se assim o fosse, estaríamos diante de uma imperiosa arbitrariedade, que colocaria em xeque a própria concepção de verdade como algo coletivamente pactuado e constantemente ratificado. Nesse sentido, a construção de significados é sempre situada em contextos sociais, políticos, culturais, econômicos, históricos e tecnológicos específicos e permeada por relações de poder e de saber.

Portanto, aquilo que se entende como discursos verdadeiros ou falsos passa por um processo de validação chancelada por instâncias que os legitimam. Nesse sentido, a ‘verdade’ se constitui, como já argumentava Nietzsche, numa “designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, e a legislação da linguagem dá também as primeiras leis da verdade: pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira” (Nietzsche, 2005. p. 54). Isso parece dialogar com a noção de Michel Foucault de ‘regimes de verdade’, em que a verdade é discutida através da separação entre o discurso verdadeiro e o falso ou, mais “especificamente, pelo regime de verdade-erro. Ou seja, esse regime de verdade, pelo qual os homens estão vinculados a se manifestar eles próprios como objeto da verdade, está vinculado a regimes políticos, jurídicos etc” (Foucault, 1979, p. 93).

Na concepção de Foucault (1979), a ideia de ‘verdade’ está, assim, subordinada a ‘regimes de verdade’, produzidos no interior de cada sociedade, que estabelecem e restringem os discursos que legitimam o que é verdadeiro ou falso. Os regimes de verdade, por conseguinte, validam a ‘verdade’ por meio de estatutos político-jurídicos do que as instituições referendam como verdadeiro, submetendo os indivíduos aos seus procedimentos normativos relacionais de poder e de saber. Tal relação é, para Foucault (1979), dialética, pois todo saber não apenas se constitui em relações de poder, mas, ao ser validado como ‘verdadeiro’ (não no sentido absoluto) também produz poder, que legitima certos

tipos de saber em detrimento de outros, o que leva, por sua vez, não à verdade, mas à construção de verdades, regulamentadas por relações institucionais de saber e de poder.

Essa concepção foucaultiana de regime de verdade, como construção histórica, pode ser alinhada à ideia de ‘imaginário’, mas não tanto no seu sentido adjetivo, sinônimo de ‘fictício’, ‘irreal’ ou ‘fantasioso’, mas no seu sentido substantivo, entendido como um conjunto de elementos pertencentes ou característicos da vida social e cultural de determinado grupo social, povo ou sociedade. Com efeito, o imaginário se dá a partir de ‘imagens’ construídas sócio-historicamente, em um processo complexo que envolve, segundo Pesavento, “representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber” (Pesavento, 1995, p. 24). Nesse sentido, o imaginário como representação social, justamente por lidar com a ideia de uma construção coletiva comum, constitui-se em um campo de forças, onde se cruzam – e se chocam – diferentes interesses sociais, políticos e ideológicos.

A complexidade constitutiva do imaginário nos faz, por um lado, desviar nossa atenção de uma dada realidade, oferecendo-nos, segundo Chauí (2000, p. 171), “compensações ilusórias para as desgraças de nossas vidas ou de nossa sociedade, ou que é usado como máscara para ocultar a verdade”. Para a filósofa, essas compensações ilusórias criam um imaginário reprodutor, que

[...] bloqueia nosso conhecimento porque apenas reproduz nossa realidade, mas dando a ela aspectos sedutores, mágicos, embelezados, cheios de sonhos que já parecem realizados e que reforçam nosso presente como algo inquestionável e inelutável. É um imaginário de explicações feitas e acabadas, justificador do mundo tal como ele parece ser. Quando esse imaginário é social, chama-se ideologia (Chauí, 2000, p. 172).

Contudo, além de uma “máscara para ocultar a realidade” (Chauí, 2000, p. 171), o imaginário social se constitui, para Serge Moscovici, em uma “forma de conhecimento particular de nossa sociedade e irreduzível a qualquer outra” (Moscovici, 1978, p. 46), que é uma das vias de apreensão do real disponíveis na sociedade. Por isso, o

imaginário social apresenta um caráter complexo, que, por um lado, lida com sentidos afetivo-emocionais de integração do indivíduo a uma determinada realidade; por outro, lida com um certo significado lógico-ideológico – uma ‘visão de mundo’ – que, baseado em uma (suposta) coerência, fornece orientação e justificativa racional para certas condutas e comportamentos.

Assim, o saber gerado a partir do imaginário social do senso-comum é o principal meio através do qual os indivíduos atribuem sentidos a suas práticas cotidianas, que ora se aproximam ora se distanciam do conhecimento científico, ou da ciência. De fato, como já apontou Karl Jaspers, não pode existir “uma concepção do mundo que possa impor-se”, uma vez que “o espírito humano não tem acesso à unidade de um saber global” e, assim, “por definição e para sempre, as ciências são inacabadas (Jaspers, 1989 [1960], p. 106). Nesse sentido, ao ser entendida como conhecimento em construção, a ciência, em princípio, seria uma referência sempre provisória para o senso comum; este, então, funcionaria, nesse caso, como uma espécie de ‘filtro’ daquela, buscando torná-la, de alguma forma, inteligível para o mundo da vida cotidiana, como uma espécie de *continuum* epistemológico.

No entanto, o que historicamente se deu foi, ao contrário, um “corte epistemológico”, segundo Bachelard (1975, p. 24), a partir da ruptura entre ciência e senso comum. Para Althusser (1965), essa cisão entre discurso científico e o discurso popular existe porque este se forma a partir de ideologias, enquanto o primeiro se constitui justamente na desconstrução ou no desmantelamento de um certo campo das ideologias, com a consequente produção progressiva da verdade pela ciência.

A expectativa de construção da verdade promovida pela ciência, todavia, ao se distanciar do senso comum, também cria simulacros de verdade, como as FN com que nos deparamos na mídia em geral, sobretudo, nas redes sociais da internet. Isso porque esses factoides se constituem em elementos de persuasão que, ao serem amplamente divulgados, funcionariam, segundo Hanna Arendt, como aquilo que Aristóteles chamava de ‘*eikos*’, “o provável, as muitas ‘*verisimilia*’, que mostram “o mundo como ele se abre para mim” (Arendt, 2002, p. 96). Mas como as muitas ‘*verisimilia*’ se constroem nas redes sociais da internet no contexto hodierno de divulgação de FN? Para responder a essa questão, parte-se do conceito de ‘multissinóptico’ para buscar

compreender a complexidade tecnológica e social das redes sociais na produção e disseminação de FN.

3. Revisitando e expandindo o multissinóptico à luz das redes sociais

As redes sociais da internet e as tecnologias a elas atreladas têm tido um papel fundante no processo de construção e de disseminação de FN, sobretudo no que diz respeito à construção de verdade(s) e de suas *‘verisimilia’*. No entanto, é preciso também reforçar que isso só é possível a partir de mudanças tecnológicas, sociais e culturais profundas ocasionadas pelo uso das próprias redes sociais, o que se remete ao que Marshall McLuhan já apontava em relação à escrita: “quando a tecnologia estende ou prolonga um de nossos sentidos, a cultura sofre uma transposição tão rápida quanto rápido for o processo de interiorização da nova tecnologia” (McLuhan, 1972, p. 59).

Para tentar entender essas mudanças tecnológicas e sociais profundas e seu impacto no “processo de interiorização da nova tecnologia”, publiquei, em 2014, um artigo cujo objetivo foi fazer uma discussão sobre o que chamei de ‘multissinóptico’ (Pinheiro, 2014), fortemente inspirado por três acontecimentos sociopolíticos muito marcantes ocorridos entre 2011 e 2013⁵. Para tentar dar conta de um contexto mais complexo, em que não apenas ‘poucos observam muitos’ (mote do panóptico⁶); nem tão pouco o contrário, em que ‘muitos observam

5. O primeiro acontecimento estava relacionado ao vazamento de informações, ocorrido em 2011, do *site* Wikileaks que, por meio da ação de colaboradores de diversas partes do planeta, desafiava superpotências mundiais, sobretudo os Estados Unidos, com suas publicações sobre dados sigilosos governamentais na internet; o segundo acontecimento, diretamente relacionado ao primeiro, dizia respeito às manifestações contra diversos ditadores de países árabes do Norte da África e do Oriente Médio, que também ocorreram em 2011, convocadas por meio de redes sociais da internet – a famigerada ‘Primavera Árabe’ –, culminando na saída de vários deles da presidência, como: Zine El Abidine Ben Ali, da Tunísia, Hosni Mubarak, do Egito, e Muamar Kadafi, da Líbia; o terceiro acontecimento, ocorrido no Brasil em 2013, foi gerado a partir das intensas manifestações populares, também incitadas por meio de redes sociais na internet, que levaram para as ruas de diversas cidades brasileiras mais de um milhão de pessoas, cujas reivindicações constavam desde a redução das tarifas no transporte público a assuntos mais gerais, como o fim da corrupção e melhorias na educação e na saúde.

6. Michel Foucault (1987, p. 143) aponta que, para impor o exercício das disciplinas aos

poucos’ (mote do sinóptico⁷), cunhei, então, o termo ‘multissinóptico’, que não apenas procurou abarcar os motes do panóptico e do sinóptico, porque estes simplesmente não deixaram de existir, mas também passou a incluir um terceiro mote: ‘muitos observam muitos’, por meio de uma multi-interação constante entre pessoas no mundo inteiro na internet.

Nesse artigo de 2014, ainda apontei que, para lidar com as nuances e complexidades do fluxo informacional multidirecional, multifacetado, multissemiotizado, era preciso ir além do panóptico e do sinóptico, daí o termo ‘multissinóptico’. Procurei, então, mostrar que houve, de fato, uma reconfiguração no campo da comunicação, em que os usuários da internet não apenas “pesquisam para encontrar informação; eles também criam e publicam conteúdos, gerando, por conseguinte, uma mudança no modelo de comunicação, que passou do formato ‘muitos vigiam — e produzem para — poucos’, para o formato ‘muitos vigiam e produzem para muitos’” (Pinheiro, 2014, p. 144). Com essa possibilidade que os usuários passaram a ter de criar e publicar conteúdos, a internet potencializou e até democratizou a ‘fama’, com a cultura do ‘*broadcast yourself*’, em que redes sociais passaram a se tornar espaços de autopromoção. Nesse sentido, ainda chamei a atenção para o fato de que

[...] o “multissinóptico é global e local, pois, ao mesmo tempo em que o ato de vigiar desprende os indivíduos de sua localidade para vigiar os outros (globalmente), também converge a vigilância (intencionalmente ou não) para si mesmos, em um fluxo contrário que parte do olhar global para as suas ações locais. Do ponto de vista coletivo, percebe-se o quanto o novo modelo de *broadcast* possibilita aos usuários da internet, ao se verem mais livres de amarras institucionais e editoriais, divulgar informações de interesse

corpos, é necessário um “dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho em que as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e em que, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”. É nesse contexto que surge, no século XVIII, um projeto de vigilância — o panóptico (*‘panopticon’*), idealizado por Jeremy Bentham, que se constitui em uma estratégia que lança mão da arquitetura como tecnologia de poder disciplinar, que formava, segundo Foucault (1987), a base dos planos mais efetivos de reorganização do espaço legado à observação e ao encarceramento. 7. Para Thomas Mathiesen (1997), a imagem do panóptico já não era eficaz para traduzir, na contemporaneidade, os dispositivos de vigilância. O autor então criou o termo ‘sinóptico’, cujo princípio, ao contrário do panóptico, em que ‘poucos vigiam muitos’, passa a ser exatamente o contrário (‘muitos vigiam poucos’).

público na rede, que, muitas vezes, saem na frente dos meios de comunicação tradicionais (Pinheiro, 2014, p. 146).

Com efeito, houve uma transformação no campo da comunicação, em que o modelo de *broadcast* (sistema de transmissão de informação em larga escala ou em massa) não deixou de existir, mas passou a coexistir com o modelo de *narrowcasting*, que lida com a disseminação de informação para uma audiência mais restrita e, portanto, mais alinhada com a ideia de produção de conteúdo para ‘segmentos’ ou ‘nichos’ específicos (como já era, por exemplo, o caso dos canais de TV por assinatura); e com o modelo de ‘*individual casting*’, que chega ao nível da ‘individualização’ da audiência (um conteúdo específico para cada pessoa), por meio da proliferação de vídeos de Youtube ou de canais de *streaming* na internet. Esse modelo de *individual casting* gera, assim, referências resultantes de experiências que as pessoas têm com outras referências, em um nível cada vez mais pessoal, e, portanto, não apenas com grandes *sites* ou instituições, tal como modelo *broadcasting*, o que possibilitaria, ubiquidade de acesso à informação. A reconfiguração e a imbricação desses modelos de transmissão de informação passaram também a possibilitar que se criassem condições técnicas e socioculturais para a ampliação de práticas de letramentos em que as pessoas não apenas recebem, mas também publicam conteúdos na internet.

Assim, os papéis tradicionalmente mais reificados de autor e de leitor passaram a ser desconstruídos ou reconfigurados em espaços ‘multissinóticos’, em que muitos usuários não apenas buscam informação, mas também criam e publicam conteúdos uns para os outros. Esses espaços multissinóticos, portanto, não fornecem somente informação, mas desenvolvem “comunidades dinâmicas, inseridas numa interação entre o editor e a audiência” (Pinheiro, 2014, p. 227). Nesse sentido, a relação entre produtor e usuário se torna cada vez mais difícil de delimitar, criando a figura do *produsuário* (Bruns, 2006), isto é, o usuário que também assume a função de produtor, explorando as possibilidades de autoria que a rede lhe oferece.

Parece relevante, em princípio, correlacionar os espaços multissinóticos com o que Biesta (2010) chama de ‘nova’ lógica de emancipação. Para o autor, enquanto a ‘velha’ lógica da emancipação

se baseia em uma forma hierárquica (vertical) de pensar, a ‘nova’ lógica da emancipação, ao contrário, constitui-se em uma relação de poder mais horizontal, o que, por sua vez, implica em um processo de emancipação que não é apenas feito para as pessoas, mas também pelas pessoas por meio de sua agentividade.

Contudo, os espaços multissinópticos se expandem para além das relações heterárquicas (mais horizontais) que supostamente temos vivenciado nas redes. De fato, por um lado, essa ‘nova’ lógica de emancipação se tornou cada vez mais presente em nossas vidas, uma vez que muitas das ações e decisões que tomamos independem da vontade de instituições públicas ou privadas que, tradicionalmente, produzem conteúdos para serem simplesmente consumidos por nós; por outro lado, essas mesmas ações e decisões são cada vez mais monitoradas. Isso significa que, paradoxalmente, quanto mais coisas fazemos na internet (realizamos nossa “agentividade”, nos termos de Biesta (2010)), menos ‘livres’ de mecanismos de controle e até de sanções institucionais nos tornamos.

Com efeito, já lá em 2014, eu havia chamado a atenção para o fato de que as pessoas não estão totalmente livres de algum tipo de sanção institucional na internet, visto que a construção da vida pública na internet também está criando muitos novos intermediários, muitos dos quais invisíveis, que vêm sendo usados na internet, de uma forma ou de outra, como mecanismos de controle (Pinheiro, 2014). Nesse sentido, muito embora as redes sociais possibilitem uma forma de comunicação e de compartilhamento de informação ‘de muitos para muitos’, essas mesmas redes sociais são controladas por gigantes oligopólios conglomerados da tecnologia, as *bigtechs* (Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft), que cada vez mais exercem poder político sobre partidos e instituições. Essas *bigtechs* desenvolveram, por meio de IA, intermediários que vêm sendo usados cada vez mais como mecanismos de controle dos seus usuários, capturando seus dados por meio de *cookies* e robôs, e identificando suas ações na rede para companhias de *marketing*, que coletam um perfil completo de seus comportamentos de navegação (Pinheiro, 2014). Além disso, esses robôs, cada vez mais sofisticados, são usados para simular ações humanas repetidas vezes através de um mesmo padrão de informações,

o que tecnicamente permite, entre outras coisas, criar contas falsas em redes sociais ou divulgar FN para inúmeras pessoas ao mesmo tempo.

De 2014 para cá, essa prática não apenas se intensificou, mas se complexificou em função do desenvolvimento cada vez maior de IA. Os algoritmos, cada vez mais sofisticados, não focam apenas em modelos informacionais e comunicacionais do *broadcasting*, isto é, não estão exclusivamente voltados para as ‘massas’, mas, sobretudo, para públicos fragmentados mais condizentes com os modelos de *narrow-casting* e *individual casting*. Nesse sentido, do ponto de vista técnico, no modelo *broadcasting*, os elementos de persuasão utilizados para a circulação de notícias (falsas) são baseados, segundo Jan Blommaert (2020, p. 392), em

[...] modelos lineares de comunicação política de massa, em que as mensagens e significados de atores poderosos - políticos nesses casos - são repassados ao “público” por meios de comunicação pertencentes ou operados por atores que compartilham os mesmos interesses que aqueles articulados pelos atores poderosos. A mídia de massa, em tais modelos, atua como um canal intensificador e expansivo para os interesses dos poderosos, e seu monopólio na esfera pública garante efeitos de propaganda na ‘opinião pública’.

Contudo, se formos analisar as FN no contexto atual das redes sociais, precisamos, primeiramente, entender que a esfera pública está profundamente fragmentada, uma vez que se pulveriza em nichos cada vez mais específicos. Essa lógica de atuação fragmentada, cada vez mais controlada pelo uso de algoritmos, em princípio, parece ser ilógica à percepção humana, uma vez que cria um fluxo comunicacional complexo que é completamente esdrúxulo e incompatível com qualquer modelo de comunicação que até então nós, seres humanos, já vivenciamos. Nesse sentido, Blommaert (2020, p. 392) mostra, por exemplo, como a estrutura de comunicação no Twitter não é “individual, humana (apenas), falada, linear, sincrônica e direta dentro de uma relação clara ‘emissor-receptor’”.

O autor chama, então, a atenção para a complexidade da estrutura de comunicação do Twitter, ao envolver diretamente algoritmos (muito mais do que humanos). Isso porque um *tweet*, mesmo aquele inicialmente produzido por uma pessoa real, é logo enviado para um algoritmo,

[...] por meio do qual as operações de inteligência artificial o encaminham para diversos públicos específicos (A1, A2,...An), cujas respostas são realimentadas, como dados, para o algoritmo e, em seguida, para o remetente do *tweet*, em sequências ininterruptas de interação indireta mediada. Partes desses públicos podem retransmitir sua própria compreensão do *tweet* (por meio do algoritmo do Twitter) para públicos secundários (A5, A6,...An), que podem fazer o mesmo – e assim sucessivamente, permitindo que um *tweet* alcance públicos que não estavam inicialmente acessíveis (Blommaert, 2020, p. 396).

Essa estrutura de comunicação do Twitter possibilita não apenas novas formas de relações e práticas sociais, mas também novas formas de atuação política, como o ‘ativismo *hashtag*’, um tipo de ciberativismo bastante comum atualmente, em que ocorre o compartilhamento intenso de certos assuntos de cunho político, por meio do uso de *hashtags* nas redes sociais, cujos resultados são imprevisíveis, visto que, entre outras coisas, os públicos alcançados são, não raro, de orientações ideológicas distintas. Pode-se, assim, dizer que modos mais tradicionais de organização política, como partidos políticos e sindicatos, por exemplo, embora continuem a existir, veem-se cada vez mais impelidos a mudar suas estratégias e formas de atuação para tentarem promover algum tipo de mobilização em massa, uma vez que, por vias tradicionais, isso tem sido cada vez menos comum.

Percebe-se, assim, que espaços multissinópticos, como as redes sociais, tornam as práticas de letramentos ainda mais complexas e imprevisíveis, visto que seus resultados multidirecionais são cada vez mais difíceis de serem previstos *a priori*. Com efeito, tal imprevisibilidade se deve, sobretudo, à facilidade e ao grande número de participação multidirecional dos usuários e dos algoritmos controlados por IA, que monitoram incessantemente e de forma cada vez mais invasiva nossas próprias vidas. Os algoritmos, por exemplo, têm tido um impacto gigantesco em milhões de eleitores, alimentando ‘bolhas’ em redes sociais e contribuindo para definir resultados de eleições e referendos em diferentes partes do mundo, através do uso direto do poder econômico da técnica dos robôs⁸.

8. O exemplo mais amplamente conhecido do uso de robôs na política foi o do estrategista político americano Steve Bannon, cuja influência afetou o resultado do referendo do Brexit, em 2016, e das eleições presidenciais nos Estados Unidos, em 2016, e no Brasil, em 2018.

Com efeito, essas ‘bolhas’, ainda segundo Blommaert (2020, p. 397), são formadas por algoritmos a partir dos “perfis de produção de dados dos usuários e são selecionados com base em uma gama de ‘pontos de dados’, incluindo palavras-chave de tópicos, *hashtags* e históricos de interações anteriores”. Isso porque as contas de usuários não são apenas compostas por pessoas, mas também por robôs, que se comportam como usuários ‘normais’ no Twitter, por exemplo, gerando formas específicas de resposta, como curtir e retuitar, e aumentando, com isso, drasticamente o volume de tráfego de *tweets*.

A percepção dos usuários de que tais postagens se dão por meio de IA pode se tornar mais simples e óbvia quando, por exemplo, são encontrados ‘erros’ de digitação (tipicamente erros ortográficos) em publicações compartilhadas em massa por milhares de perfis em redes sociais. Esse parece ter sido o caso de uma das publicações no Twitter sobre o presidente Jair Bolsonaro, divulgada no dia 27 de abril de 2020, em que o seu nome aparecia escrito de forma errada em milhares mensagens que o apoiavam, publicadas quase que simultaneamente, sugerindo, assim, o uso de robôs no Twitter. Trata-se da *hashtag* ‘FechadoComBolsolnaro’, em que o erro de digitação chamou a atenção dos próprios internautas para o uso de robôs, cujo objetivo é o de criar contas falsas em massa, tanto para usá-las para promover ou atacar alguém, quanto para passar a falsa impressão de que o usuário tem muitos seguidores em seu perfil. Nesse caso, especificamente, como havia um erro de digitação e este foi massivamente disseminado junto à *hashtag*, esta acabou não apenas sendo desacreditada por muitos usuários, como chegou até a virar piada na internet.

No entanto, com o desenvolvimento tecnológico cada vez maior de IA, os ‘erros’ – mesmo quando existem – tornam-se, ao contrário, cada vez menos perceptíveis para a grande maioria das pessoas, o que contribui para criar FN mais realistas ou verossímeis. Assim, a complexidade no *modus operandi* das redes sociais está relacionada, primeiramente, ao fato de a comunicação e a disseminação de informação nas redes sociais não funcionarem de maneira linear e simétrica; elas operam através de algoritmos, que não apenas fazem a mediação de todas as informações e interações, como constroem perfis nessas redes sociais, muitas vezes se fazendo passar por usuários humanos.

Além disso, as redes sociais, por atuarem em estruturas de comunicação do tipo *narrowcasting* e *individual casting*, lidam com públicos complexos e fragmentados (‘nichos’), que, não raro, têm interesses ou orientações político-ideológicas incompatíveis. Isso quer dizer que, por mais inverossímeis que possam parecer as FN, os usuários, muitas vezes presos às suas ‘bolhas’ nas redes sociais, não conseguem (ou não querem) percebê-las como tal, uma vez que os algoritmos utilizados para selecionar e divulgar informações nos *feeds* dessas redes sociais, em geral, disponibilizam conteúdos que procuram seguir hábitos de navegação, interesses pessoais e político-ideológicos, individualmente padronizados, dos próprios usuários. Sem falar na estratégia cada vez mais comum do *clickbait*, cujo objetivo principal é divulgar notícias com manchetes sensacionalistas e gerar, de forma deliberada, mais cliques em seus conteúdos, aumentando, assim, o seu número de visualizações. Essas estratégias fazem com que os usuários compartilhem muito mais as notícias caracterizadas por conteúdos sensacionalistas e excitantes, em geral, movidos por seus apelos emocionais. Além disso, tais estratégias acabam limitando as percepções e o discernimento dos usuários no que diz respeito à realidade fora das bolhas das redes sociais, que funcionam como espécies de *echo chambers*, isto é, como espaços onde os usuários se encontram cada vez mais enclausurados e restritos a ouvirem e compartilharem exclusivamente suas próprias crenças, valores e visões de mundo.

Portanto, é possível dizer que o *modus operandi* das FN nas redes sociais atuais, de certa forma, configura-se como aquilo que Aristóteles nomeiou de *eikos*, o provável, as muitas ‘*verisimilia*’ (Arendt, 2002). Contudo, por se constituírem em espaços multissinóticos, que se tornaram ainda mais complexos nos últimos anos, as muitas ‘*verisimilia*’ das FN se tornaram, por sua vez, muito mais complexas, fruto de mudanças profundas de caráter tecnológico e social. Mais do que nunca na história da comunicação humana, podemos notar, como já bem disse Marshall McLuhan, que, “quando o equilíbrio de relações entre os sentidos se altera em qualquer cultura, então, o que antes parecia claro pode subitamente tornar-se confuso, e o que era vago ou opaco, transluzente” (McLuhan, 1972, p. 60).

4. Conclusão

Procurei neste artigo compreender o processo de produção e disseminação de FN nas redes sociais da internet, com base em uma discussão epistemológica sobre os conceitos de ‘verdade’ e de ‘regimes de verdade’, alinhando-os às concepções de percepção e imaginação. Tal discussão foi ampliada à luz da noção de ‘multissinóptico’, com o intuito de explorar a complexidade tecnológica e social das redes sociais na produção e disseminação de FN. De fato, o conceito de ‘multissinóptico’ parece ser bastante pertinente para entender a era atual, que se caracteriza não apenas pela presença das tecnologias digitais, mas também pela sua onipresença, a ponto de chegarmos a ser incapazes de percebê-la como tal, redimensionando os sistemas de *broadcasting*, *narrowcasting* e *individual casting*, o que vem provocando impactos, senão em todas, mas certamente em várias instâncias de nossas vidas. Isso tem feito com que as FN assumam formas muito mais complexas e até inimagináveis dada a sua inverossimilhança latente particularmente em relação ao discurso científico.

Com efeito, o contexto atual multissinóptico da internet potencializa, por um lado, o direito à liberdade de expressão de uma forma nunca experimentada em escala global, uma vez que as pessoas, em geral, podem se manifestar em diferentes espaços digitais; por outro lado, esse mesmo ‘fluxo livre’ de ideias, opiniões e informações favorece a propagação de FN, que pode ocorrer tanto por agentes humanos como não humanos. Por exemplo, grupos de WhatsApp, ao compartilharem saberes relacionados à ciência, moldam-na de acordo com suas convicções, crenças e valores, o que, em última instância, contribui para legitimar diferentes ‘verdades’ ideologicamente (in)fundadas. Isso porque essas ‘verdades’, em geral, circulam em grupos (‘bolhas’ realmente é o termo mais apropriado) de WhatsApp cujos membros têm posicionamentos político-ideológicos comuns entre si, o que torna, de alguma forma, as FN muito mais críveis entre os membros do próprio grupo. De fato, muitos confiam tanto no que é compartilhado por essas bolhas que deixam de acreditar em estatísticas e informações de órgãos oficiais, bem como em veículos de imprensa já consolidados.

Entender essa complexidade epistemológica das FN, sobretudo no contexto atual de pandemia, é um primeiro passo para pensar em meios

de combatê-las. Nesse sentido, a relação entre percepção e imaginação é a causa, segundo Boaventura Sousa Santos, da principal assimetria entre o presente, o passado e o futuro, uma vez que “só temos experiência direta do primeiro e vivemos os outros dois como imaginações temporais que vão mudando com o tempo do presente e as suas circunstâncias” (Sousa Santos, 2021, s/p). Com efeito, no período atual de pandemia, estamos tão profundamente abalados com o presente – que inclui desde os milhares de vítimas diárias pela Covid-19 às rotinas cotidianas mais elementares de nossas vidas –, que isso impacta nossos planos e expectativas de futuro e gera, entre outras coisas, uma situação bastante propícia para a proliferação de FN.

Contudo, se entendemos as FN não como algo efêmero, mas como algo que precisa ser pensado a longo prazo, com políticas públicas que as entendam como tal, então, é necessário compreendê-las como práticas de letramentos que têm impacto não apenas em escolhas pessoais, mas na própria formação da cidadania, o que nos remete a pensá-las como algo que deve estar atrelado a políticas educacionais. Nesse sentido, a escola, por ser o espaço institucional mais democrático que temos em nossa sociedade, é o lugar mais adequado onde as FN podem ser, de fato, discutidas e questionadas.

Sob essa perspectiva, a escola pode ser o lugar alternativo de desconstrução de muitas ideias que circulam nas bolhas das redes sociais para a grande maioria de crianças e jovens atualmente, tornando-se, assim, um espaço de formação de cidadãos críticos. Criar esse espaço no contexto escolar para discutir FN pressupõe adotar uma postura crítica em relação a padrões, julgamentos e ações que constituem as práticas de letramentos, buscando compreender, entre outras coisas, que as representações, constituintes das práticas sociais, são sempre ideológicas, e que os sujeitos nelas envolvidos devem estar conscientes de tais representações, de modo a aprender a se posicionarem criticamente sobre elas (Cervetti *et al.*, 2001). Isso porque a linguagem tem, segundo Mont Mór (2015, p. 9), natureza “política, em função das relações de poder nela presentes. Em vista disso, compreende-se que todo discurso – em acepção ampla, independente da modalidade e contexto em que se apresenta – é permeado por ideologias”. Tal visão abre a possibilidade de estar não “apenas no mundo, mas com o mun-

do”, em que “o indivíduo não é um espectador”, mas um “recriador” (Freire, 1982, p. 53).

Torna-se, assim, cada vez mais necessário pensar uma educação que possa formar as pessoas para serem sujeitos críticos acerca das informações com as quais lidam ou podem vir a lidar, visto que as redes sociais podem ser usadas tanto para divulgar informações relevantes quanto informações falsas; tanto para normatizar e uniformizar certos discursos e identidades, quanto também para desconstruir e propor discursos e identidades alternativos. Nesse sentido, uma perspectiva crítica pode ser relevante não apenas para compreendermos uma determinada realidade sociocultural e histórica, mas também, e sobretudo, para pensarmos em possibilidades de ruptura frente a discursos hegemônicos, preconceituosos e opressores, o que, de certa forma, potencializa seu caráter transformador. Por isso, ser um letrado crítico é algo fundamental para lidar com as FN que circulam nas redes sociais atuais, cujas características tecnológicas e sociais potencializam a viralização de conteúdos, tornando a disseminação e o compartilhamento massivos de informações algo sem precedentes históricos.

Portanto, é preciso promover uma educação crítica sobre o que circula nas redes sociais, buscando criar e desenvolver práticas de letramentos que busquem identificar, avaliar e coibir a proliferação de FN. Essas práticas de letramentos precisam, antes de tudo, tentar compreender a natureza das informações que circulam na internet, que, por serem criadas e disseminadas por atores humanos e não humanos, são fluidas, inconstantes e, é claro, podem também ser falsas, o que deve, gerar desconfiança. Assim, para lidar com as FN, uma educação crítica não deve esquecer ou escamotear a ‘verdade’, mas sim colocá-la sob escrutínio, pois, como já muito bem denunciava Karl Jaspers, “o que é perigoso para a unidade da verdade não é o combate, mas o esquecimento, o desinteresse recíproco, a negação da comunicabilidade como terreno comum” (Jaspers, 1989, p. 114).

Conflito de interesses

O autor declara não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo e assume responsabilidade total pelo conteúdo do artigo.

Contribuição dos autores

Eu, Petrilson Pinheiro, declaro, para os devidos fins, que não tenho qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo. Eu desenvolvi os conceitos e as reflexões de base teórica, a partir de leitura dos textos (artigos e livros) referendados de domínio público registradas nas referências do artigo. Portanto aprovo a versão final do manuscrito e sou responsável por todos os aspectos, incluindo a garantia de sua veracidade e integridade.

Referências

- Althusser, L. (1965). *Pour Marx*. Paris: Maspero.
- Arendt, H. (2002). *A dignidade da política*. 3ed. Tradução de Helena Martins, Frida Coelho, Antonio Abranches, César Almeida, Claudia Drucker e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Aristóteles. (2006). *De Anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes Reis. São Paulo: Ed. 34.
- Bachelard, G. (1975). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin.
- Biesta, G. (2010). Learner, Student, Speaker: Why it matters, how we call those we teach. In: *Educational Philosophy and Theory*, Vol. 42, pp. 540-552. <https://doi.org/10.1111/j.1469-5812.2010.00684.x>
- Blommaert, J. (2020). Political Discourse in Post-Digital Societies. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. vol.59, no.1, Campinas Jan./Apr. 2020 - Epub May 22. <https://doi.org/10.1590/01031813684701620200408>
- Bruns, A. (2006). Towards Producers: Futures for User-Led Content Production. In: Sudweeks, Fay and Hrachovec, Herbert and Ess, Charles (Eds). *Proceedings Cultural Attitudes towards Communication and Technology*, pp. 275-284. Perth: Murdoch University.
- Cervetti, G., Pardales, Michael, J., Damico, J. S. (2001). A tale of differences: comparing the traditions, perspectives and educational goals of critical reading and critical literacy. *Reading Online*, 4(9).
- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. (2009). Rio de Janeiro: Objetiva. (Versão 1.0, para Windows).
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1982). Education as the practice of freedom. Trad. de M. B. Ramos. In: *Education for critical consciousness*. New York: The Continuum Publishing. p. 1-84.

- Jaspers, K. (1989). Ciência e verdade. Trad. de Antônio Abranches. *O que nos faz pensar*, v. 1, n. 01, p. 104-117, june 1989. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/12>>. Acesso em: 19 oct. 2021.
- Kalantzis, M., Cope, B., Pinheiro, P. (2020). *Letramentos*. 1ª ed. Campinas, Editora Unicamp.
- Mathiesen, T. (1997). The Viewer Society Michel Foucault's «Panopticon» Revisited. In: *Theoretical Criminology*, 1(2), p. 215-234. <https://doi.org/10.1177/1362480697001002003>
- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. Trad. de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP.
- Monte Mór, W. (2015). Crítica e Letramentos Críticos: Reflexões Preliminares. In: Claudia Hilsdorf Rocha e Ruberval Franco Maciel (Orgs.). *Língua Estrangeira e Formação Cidadã: Por entre Discursos e Práticas*. Campinas: Ed Pontes, p. 31-50.
- Moscovici, S. *A Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Nietzsche, F. *Obras incompletas*. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2005.
- Pesavento, S. (1995). Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27.
- Pinheiro, P. (2014). A era do multissinóptico: que (novos) letramentos estão em jogo?. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 137-160. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200007>
- Sartre, J. (1996). *O imaginário: Psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Ática.
- Sousa Santos, B. (2021). *A experiência do tempo*. Portugal: Jornal de Letras, 10 de Março 2021.
- Veyne, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos?*. (1984). Trad. Horácio González e Milton Meira Nascimento. São Paulo: Editora Brasiliense.

Recebido em: 18/08/2021

Aprovado em: 20/09/2021